

## As “crónicas” da *Ilustração Portuguesa* (1914-1916)

### 1. Memória do passado, crónica do presente

#### 1.1. A imprensa e a guerra

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi o primeiro grande conflito de massas do século XX, tendo a mobilização dos recursos nacionais de cada país, envolvido no conflito, atingido um nível excepcional. Traduziu-se no esbatimento da oposição tradicional entre civis e militares e das linhas que separavam a frente de batalha e a *home front*. Nesta perspectiva, a guerra das nações ou das nações-estado, emergia como um fenómeno novo potencializado pelos processos de modernização e desenvolvimento industrial, dotando as forças armadas, dos princípios do século XX de meios de destruição até então desconhecidos, ou apenas sonhados pela ficção científica vitoriana.<sup>1</sup> Na verdade, poucos tinham sido os novos armamentos testados em combate, de forma decisiva, ou pelo menos, percebidos totalmente nos seus aspectos mais letais<sup>2</sup>. Este facto tornava difícil prever as consequências efectivas das novas armas no contexto de uma nova guerra europeia, mas agora de cariz mundial<sup>3</sup>. Assim sendo, os desajustamentos entre as concepções mais arcaicas da guerra e as potencialidades das novas armas tornaram-se um elemento fundamental da hecatombe humana da Primeira Guerra Mundial (1914-1918)<sup>4</sup>. Seja como for, um dos elementos fundamentais era a enorme capacidade de mobilização dos cidadãos, dos diferentes estados, para a prossecução dos objectivos de guerra dos vários governos. O conflito armado não podia ser travado pela sua intensidade, duração e extensão, como uma simples guerra de gabinete, mas como uma guerra popular capaz de captar o entusiasmo das massas num sentido militarista, mesmo se esses sentimentos estivessem ausentes, ou fossem muito atenuados no espírito da maioria dos europeus, antes do desencadear do conflito mundial<sup>5</sup>.

A justificação pelas partes em confronto dos objectivos políticos e militares e a mobilização dos recursos nacionais, tornava imprescindível a utilização da propaganda.

---

<sup>1</sup> Cf. Michael Howard, *A Guerra na História da Europa*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1997, p.113-135. E também Philip Bobbitt, *The Shield of Achilles. War, peace and the course of history*, London / New York, Penguin Books, 2002, p.144-213.

<sup>2</sup> Cf. Robert L. O’Connell, *História da Guerra. Armas e Homens*, Lisboa, Teorema, 1995, p.291-324;

<sup>3</sup> Cf. Brian Bond, *War and Society in Europe 1870-1970*, Guernsey, Sutton Publishing, 1998, p.p.72-99. E também Brian Bond, *The Pursuit of Victory from Napoleon to Saddam Hussein*, Oxford, Oxford University Press, 1998, p.80-103.

<sup>4</sup> Cf. Jeremy Black, *War and the World. Military Power and the fate of continents. 1450-2000*, New Haven and London, Yale University Press, 1998, p. p.232-245. E também Martin Van Creveld, *The Art of War and Military Thought*, London, Cassell & Co., 2000, p.121-143.

<sup>5</sup> Cf. Michael S. Neiberg, *A Dança das Fúrias. A Europa e a Ecloração da Primeira Guerra Mundial*, Castro Verde, Publicações A Ferro e Aço, 2014, p.17-29.

Neste processo os meios de comunicação foram instrumentos privilegiados nas sociedades urbanizadas e industrializadas da Europa e da América. A imprensa destacou-se pela sua capacidade de influenciar e orientar a opinião pública dos países beligerantes. As potências aliadas e as suas opositoras recorreram a ela para veicularem informações e ideias capazes de empenhar os seus cidadãos no esforço nacional. Na verdade, encontravam-se confrontadas à partida, pela enorme importância assumida na comunicação da época e na respectiva opinião pública, pelos acontecimentos e temas da política internacional.<sup>6</sup> Compreende-se assim, a força da imprensa nacionalista, propagando as suas ideias radicais sobre os acontecimentos da política externa e a irredutibilidade dos desígnios nacionais, embora no último caso representassem na maioria grupos ultraminoritários no seio da opinião pública europeia <sup>7</sup> . Perante este facto existia a visão clara, por parte da classe política, europeia, da importância da imprensa no condicionamento do público e nos efeitos positivos, ou nefastos, sobre os governos europeus <sup>8</sup> . O receio da veiculação por parte da opinião pública, de ideias e de sentimentos antagónicos das acções e decisões dos governantes, estava sempre presente na mente dos membros dos diversos executivos. No entanto, esta atitude não excluía a capacidade de distanciamento crítico das elites políticas em relação aos fluxos e refluxos da opinião pública, marcados pela inconstância e a ambiguidade e, portanto, com uma óbvia falta de credibilidade <sup>9</sup> . Atitude plenamente justificável, se se tiver em conta a existência de profundas divergências entre a opinião culta, com acesso à imprensa e a do resto da população, ou seja, a opinião popular <sup>10</sup> . A utilização para alcançar estes objectivos de jornais oficiais, ou semi-oficiais e de um jornalismo ao serviço do poder, embora disfarçado de independente, nem sempre tinha os resultados esperados pois, em muitos casos a desconfiança dos leitores gerava exactamente o efeito adverso, afastando a opinião pública do governo num efeito de *boomerang*. Uma das consequências perversas desta atitude governamental reflectia-se na sobrevalorização, feita pelos respectivos executivos dos diversos países a propósito da informação dos outros estados. Os mesmos governantes que alimentavam uma profunda desconfiança sobre a sua própria imprensa nacional aceitavam, acriticamente, a informação veiculada pela comunicação social estrangeira, como se representassem objectivamente, o estado

---

<sup>6</sup> Cf. Christopher Clark – *Os Sonâmbulos. Como a Europa entrou em guerra em 1914* – Lisboa, Relógio d'Água, 2014, p.257-258.

<sup>7</sup> Ob.cit., idem, p.259-263.

<sup>8</sup> Ob. cit., p.263-265

<sup>9</sup> Ob. cit., p.258-260.

<sup>10</sup> Ob. cit., p.260-261.

de espírito nacional de cada país no campo das relações internacionais. A constatação destes factos projectava-se frequentemente nos debates políticos internacionais, na imprensa da época, através de artigos encomendados pelos ministérios dos negócios estrangeiros de diferentes países, fazendo subir a tensão política internacional nas vésperas de 1914 <sup>11</sup> .

Todavia, a imprensa lida nos círculos das elites europeias acentuava a fatalidade da guerra, valorizando uma ideologia do sacrifício e um patriotismo defensivo, mesclados por apelos fortemente belicistas, capazes de condicionar ou de contaminar a opinião pública de uma forma mais geral <sup>12</sup> . A importância da imprensa mostrou ser fundamental nas relações entre a opinião pública e a classe política, afectando de maneira peremptória as decisões tomadas pelos governantes na crise que conduziu à guerra em 1914 <sup>13</sup> . No entanto, estes factos reais e essenciais, da história dos primórdios da guerra e as subsequentes tentativas de manipular a informação, assumem aspectos mais gravosos acompanhando o desencadear das hostilidades. através de uma propaganda muito activa por parte dos diferentes beligerantes <sup>14</sup> . Claro que, os excessos resultantes provocavam um corte profundo entre a realidade vivida na frente de batalha pelos combatentes e a visão fornecida às populações, acabando, no final da guerra por gerar um cepticismo geral na opinião pública europeia face aos respectivos governos <sup>15</sup> . As consequências imediatas, nos alvares de 1914 da propaganda e da manipulação da imprensa, tiveram um impacto mais imediato nos primórdios da guerra, levando à crença absoluta na justiça desse confronto visto como defensivo e, posteriormente, do ódio generalizado entre as nações <sup>16</sup> .

## 1.2. A Ilustração Portuguesa

Importa agora observar a realidade portuguesa da época através de uma revista ilustrada de grande importância do período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918): a *Ilustração Portuguesa* (1903-1993). Com um público, mais elitista do que os jornais populares, também participou no processo, sendo uma revista ilustrada característica da *Belle Époque* <sup>17</sup> . A *Ilustração Portuguesa* teve diferentes períodos durante a sua longa

---

<sup>11</sup> Ob. cit., p.266-267

<sup>12</sup> Ob. cit, p.266-267.

<sup>13</sup> Ob. cit., p. 270.

<sup>14</sup> Max Hastings, *Catástrofe. 1914: A Europa vai à Guerra*, Amadora, Vogais, 2014 (2013),p.480-482

<sup>15</sup> Ob. cit., p.482-486.

<sup>16</sup> Michel S. Neiberg, *A Dança das Fúrias. A Europa e a Eclsoão da Primeira Guerra Mundial*, Castro Verde, A Ferro e Aço, 2014 (2011).. p.238-243.

<sup>17</sup> “Bref, la *Belle Époque* constitue bien un âge d’or pour les revues – et notamment pour les revues françaises – et eles apparaissant, selon la définition que Eugène Melchior de Vogüé donne de *Revue des Revues*, comme «de petites fenêtres sur le grand mouvement de l’univers [57]». Mais leur dynamique est cassée par la Grande Guerre, qui

duração como refere Rita Correia, coincidindo a segunda série iniciada em 1906 com o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918)<sup>18</sup>. Devido às suas ligações ao jornal *O Século* partilha a sua identidade republicana, embora assumindo um tom relativamente neutro face ao desenrolar dos acontecimentos político-partidários, com excepção da Revolução de Maio de 1915 na sequência da qual assume de forma moderada, numa crónica de Júlio Dantas, o seu apoio aos revolucionários triunfantes, ligados ao partido democrático ou P.R.P. de Afonso Costa:

“Na madrugada de 13 para 14, um extenso e intenso movimento revolucionário derrubou o gabinete Pimenta de Castro e determinou o advento de um governo nacional. A República, que durante a ditadura revestira um carácter essencialmente conservador, orientou-se agora, mercê da revolução num sentido rasgadamente liberal e democrático. O ato revolucionário, mais impetuoso e mais sangrento que o de 5 de Outubro, caracterizou-se pela organização segura e pela execução firme e rigorosa dos planos de ataque, a que correspondeu, por parte do governo, uma notável falta de coordenação, de sinergia e de nitidez nos planos de defesa. O seu êxito deveu-se, na máxima parte, ao entusiasmo e à bravura dos marinheiros e do povo. Para vencer – diz uma grande figura de Ibsen, o «bispo Nicolau» - a condição essencial é ter fé, fé inquebrantável, fé veemente. Os soldados revolucionários sabiam bem por que se batiam: pela República e pelo seu código fundamental violado. Os soldados governamentais limitaram-se a cumprir, com nobreza mas sem convicção, o dever de se bater.”<sup>19</sup>.

Independentemente das suas tendências políticas torna-se evidente que as crónicas jornalísticas da *Ilustração Portuguesa* marcam o tempo e o espaço da evolução do periódico perante os trágicos acontecimentos que conduzem, entre 1914 e 1916, à participação portuguesa na Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918). A análise das crónicas de Júlio Dantas, Augusto de Castro e Mário de Almeida permitem-nos avaliar as oscilações da revista no referido período, aceitando a natural diversidade idiossincrática dos seus autores.

---

provoque la disparition ou la fermeture provisoire de nombre d'entre eles, plus nettement concurrencées dans l'entre-deux-guerres par les hebdomadaires.[...] On ne saurait mieux dire la concomitance et la concurrence des journaux et des revues: dans la période même où celles-ci, qui visent un lectorat plus restreint, souvent plus aisé ou plus averti que celui de la presse quotidienne, connaissent leur apogée, se sont déjà mises en place des structures de diffusion de masse qui sont le signe, selon l'analyse de Jean-Yves Mollier, d'une véritable «révolution culturelle silencieuse [61]». Âge d'or des revues, la *Belle Époque* est aussi le temps où naît la culture médiatique.”, Michel Leymarie, Introduction, Jacqueline Pluet-Despatin, Michel Leymarie & Jean-Yves Mollier (dir.), *La Belle Époque des Revues 1880-1914*, Caen, Éditions de l'IMEC, 2002, p.21

<sup>18</sup> “Depois de começada a segunda série, a *Ilustração Portuguesa* foi dirigida por **Carlos Malheiro Dias** (até Fevereiro de 1912), a quem sucedeu **J. J. da Silva Graça** (até Maio de 1921). Nesse ano, a propriedade da revista passa para a Sociedade Nacional de Tipografia. O nome de Silva Graça manteve-se no cabeçalho da revista, na qualidade do seu director, no entanto, consta que, por essa altura, saiu do país e fixou residência em França (1). Entretanto, a direcção foi assumida por **António Ferro** (2) (de Outubro de 1921 até Maio de 1922) e, posteriormente, por **António Maria de Freitas** (3) (Julho de 1922 até falecer, em Setembro de 1923).”, Rita Correia, *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, CML, 2009, p.1-2.

<sup>19</sup> Júlio Dantas, Crónica, *Ilustração Portuguesa*. Edição semanal do jornal O Século, J. J. da Silva Graça (director), Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 24/05/1915, N.º 483, p.641.

Importa, porém, considerar o que se entende por crónica jornalística recorrendo para tal à seguinte definição de Anabela Gradim:

“Regra geral a crónica é um texto que, fazendo apelo à imaginação e às potencialidades estéticas da linguagem, conta uma história ou debruça-se sobre factos curiosos do quotidiano. Já não é um texto que obedeça a um rigoroso encadeamento lógico, nem tem propósitos proselitistas – as crónicas só muito raramente exprimem opiniões ou têm por fim convencer um auditório. São normalmente textos de leitura leve e agradável, sem pretensões as grandes consequências políticas.”<sup>20</sup> .

No caso específico com o qual lidamos nem sempre as leituras políticas das crónicas jornalísticas são totalmente neutras, nomeadamente quando se referem aos acontecimentos dramáticos do conflito mundial que até 1916 não implicava um envolvimento directo de Portugal. Importa, porém, ter em consideração os diferentes períodos durante os quais os cronistas referidos estiveram activos nas páginas da *Ilustração Portuguesa*. Num primeiro momento são da autoria de Júlio Dantas até ao n.º 456 de 16/11/1914, que, por motivo de doença, é substituído por Augusto de Castro que se manterá em funções até à sua recuperação em 11/01/1915<sup>21</sup> . Entramos assim numa segunda fase das crónicas redigidas por Júlio de Dantas até 19/07/1915 onde, de novo, por razões de saúde, se interrompe a sua colaboração, sendo então substituído por Mário de Almeida<sup>22</sup> . A colaboração de Mário de Almeida vai prolongar-se até 27/09/1915, sendo interrompida pelo novo regresso de Júlio Dantas<sup>23</sup> . Inicia-se assim o período final da participação de Júlio Dantas nas crónicas que vai durar até à entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1916), embora entre 17/01/1916 e 06/03/1916, tenha sido de novo substituído por Mário de Almeida, antes da sua substituição posterior por Acácio de Paiva<sup>24</sup> . A partida para Espanha de Augusto de Castro em Agosto de 1917, para realizar uma missão ao serviço de *O Século*, deixa a *Ilustração Portuguesa* sem os três principais cronistas, habituais e deu lugar a uma orientação completamente nova das crónicas, plenamente centrada no esforço de guerra do país<sup>25</sup> .

### **1.3. Os lugares da memória.**

<sup>20</sup> Anabela Gradim, *Manual de Jornalismo*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2000, p.96-97.

<sup>21</sup> Cfr. Augusto de Castro, P.S., *Ilustração Portuguesa*. Edição semanal do jornal *O Século*, J. J. da Silva Graça (director), Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 11/05/1915, N.º 464, p.33.

<sup>22</sup> Cfr. Redacção, P.S., *Ilustração Portuguesa*. Edição semanal do jornal *O Século*, J. J. da Silva Graça (director), Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 19/07/1915, N.º 491, p.65

<sup>23</sup> Cfr. Mário de Almeida, Crónica-Última, *Ilustração Portuguesa*. Edição semanal do jornal *O Século*, J. J. da Silva Graça (director), Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 27/09/1915, N.º 501, p.385.

<sup>24</sup> Cfr. Redacção, Nota, *Ilustração Portuguesa*. Edição semanal do jornal *O Século*, J. J. da Silva Graça (director), Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 03/07/1916, N.º 541, p.1

<sup>25</sup> Cfr. Redacção, Nota, *Ilustração Portuguesa*. Edição semanal do jornal *O Século*, J. J. da Silva Graça (director), Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 13/08/1916, N.º 599, p.123.

Contudo, os textos elaborados pelos diferentes cronistas, embora referindo-se ao momento actual, alimentam-se da memória do passado, sempre presente, através das suas figuras históricas e dos grandes momentos da história nacional. Trata-se então de perceber as escolhas realizadas, no universo mental português, para encontrar, para além da natural diversidade dos autores, o fio condutor de uma visão do imaginário colectivo. Júlio Dantas é o responsável principal pela leitura histórica dos vultos relevantes, inserindo-os contudo numa mentalidade lusa, centrada no tempo actual e identificada com o carácter do povo português. Numa primeira crónica o escritor dá-nos uma imagem dos festejos lisboetas em honra de Santo António, mostrando a profunda contradição entre “a figurinha parva e risonha” da tradição popular e “um dos maiores sábios da primeira renascença”<sup>26</sup>. A ignorância popular, bem presente na vulgaridade das festas realizadas em seu louvor, explicam sem dúvida a facilidade com que se dá uma “substituição de ícones”, ou seja, a troca do culto oficial ao santo pelo do poeta dos Lusíadas, feito há cinco anos pela República. Nos dois exemplos o povo português agiu da mesma forma sendo-lhe indiferente a relevância cultural de Santo António e Camões mas, neste caso não deixou de ser seguido pelas elites do país igualmente ignaras. Não deixa de ser de forma bastante irónica como se refere ao Dia de Camões, salientando ao lado do poeta, a personagem histórica envolvida no manto da lenda para terminar por fazer sobressair o desconhecimento geral da sua obra<sup>27</sup>. Não é assim de espantar que “Os Painéis de S. Vicente” de Nuno Gonçalves tenham sofrido um tratamento indigno de um país civilizado, sendo miraculosamente resgatado do esquecimento colectivo por José de Figueiredo e Luciano Freire<sup>28</sup>. Compreende-se assim que outro vulto essencial da memória nacional tenha sido sujeito a um processo semelhante ao que Augusto de Castro condena, de forma igual, a propósito da questão do monumento ao Marquês de Pombal<sup>29</sup>. Seja como for, a figura do Marquês de Pombal simboliza para Júlio Dantas tudo o que parece ser mais positivo em Portugal e nas suas elites políticas<sup>30</sup>.

---

<sup>26</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica – Santo Antoninho, *Ilustração Portuguesa*. Edição semanal do jornal O Século, J. J. da Silva Graça (director), Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 15/06/1914, N.º 434, p.737.

<sup>27</sup> “Passa depois de amanhã, 10 de Junho, o dia consagrado a Camões. Nessa figura barbarruiva e agreste, formidável de génio e de desgraça, que blasonou de «uma serpente de prata sobre campo verde» e morreu de fome como um cão, - o povo português vai, uma vez ainda, glorificar o mais representativo dos grandes nomes nacionais. E, entretanto, se um estrangeiro nos perguntar amanhã quem foi, na verdade, Camões, não lhe saberemos responder. Morto há pouco mais de três séculos, - a sua vida, a sua história, o seu verdadeiro drama humano são quase desconhecidos para nós. Resta dele, quando muito, uma lenda remota, um espectro vago e luminoso. De exacto, de preciso, de indubitável, - sabemos apenas que ele é o autor do livro que hoje menos se lê em Portugal.”, Júlio Dantas, Crónica – Dia de Camões, ob. cit. N.º 433, 08/06/1914, p.705.

<sup>28</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónicas – Painéis de S. Vicente, ob. cit., N.º 470, 22/10/1915, p.225

<sup>29</sup> Cf. Augusto de Castro, Crónica, Monumento ao Marquês de Pombal, ob. cit., N.º 460, 14/12/1914, p. 737

<sup>30</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, O Passado e o Futuro, ob. cit., N.º 426, 20/04/1914, p. 481.

Todavia, as referências às grandes figuras históricas do país desembocam obrigatoriamente nos momentos comemorativos dos dias fulcrais do calendário dos eventos maiores da memória nacional e republicana: o 1.º de Dezembro de 1640, o 31 de Janeiro de 1891 e o 5 de Outubro de 1910.

A primeira data, o 1.º Dezembro de 1640, é festejada de forma pacífica sem implicar qualquer animosidade especial contra a Espanha, apesar dos receios do iberismo dos ultranacionalistas do país vizinho. Júlio Dantas compensa estes temores com o sonho de uma aliança pacífica entre os dois povos, afastando os desejos imperialistas dos grupos da opinião pública espanhola<sup>31</sup>. Neste enunciar da memória nacional surge igualmente o 31 de Janeiro de 1891, revolta portuense falhada do republicanismo português, analisada em termos emocionais e poéticos por Mário de Almeida numa das suas crónicas, saudando o heroísmo dos caídos, independentemente da ideologia perfilhada<sup>32</sup>. Já a descrição, de Júlio Dantas, dos festejos do 5 de Outubro de 1910 tem um tom profundamente militar, num universo político marcado pelo despoletar da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O elogio do exército da nação tem um papel essencial na prevenção necessária do país quanto à neutralidade, expresso no lema: “a defesa sagrada da pátria”<sup>33</sup>.

As memórias nacionais fornecem, aos diferentes cronistas e respectivos leitores, uma imagem da história do país assente num passado glorioso, mas fundamentalmente republicano, que serve de pano de fundo à percepção do início do conflito mundial na Europa em 1914.

## **2. A inesperada catástrofe.**

### **2.1. As duas balas de Sarajevo**

Na ambiência do ano de 1914 as crónicas da *Ilustração Portuguesa*, produzidas por Júlio Dantas, aparecem com um tom relativamente pacífico e moderadamente optimista, como o revela na sua análise do início desse ano:

“1913 morreu. Nasce 1914. Com o tintilar dos últimos sinos fez-se o último exame de consciência. Com o estalar do último *Champagne* deu-se o último balanço ao ano que passou. A humanidade tem a impressão de que uma vida nova surge, - de que alguma coisa surge, - de que

<sup>31</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, 1.º Dezembro, ob. cit., N.º 511, 06/12/1915, p. 705.

<sup>32</sup> Cf. Mário de Almeida, Crónica, Os mortos do 31 de Janeiro, ob. cit., N.º 519, 31/01/1916, p.129

<sup>33</sup> “Passa hoje o quarto aniversário da proclamação da República Portuguesa. No momento em que quatro grandes nações da Europa se encontram em estado de guerra, todos os países, na previsão de uma ameaça da sua integridade territorial, têm o dever, não só de organizar, mas de exaltar as suas energias militares. Assim o compreendeu o governo português, solenizando este ano com uma parada militar a data do advento da República. Lisboa, vendo passar, na poeira faiscante de Sol das suas avenidas, o clarão de seis mil baionetas, saudará nesses seis mil homens o exército da nação, sangue generoso e moço, heróico e ardente, que a suprema vontade do povo só sacrificará a defesa sagrada da pátria.”, Júlio Dantas, Crónica, 5 de Outubro, ob. cit., N.º 450, 05/10/1914, p.417.

alguma coisa se suspendeu, de que alguma coisa recomeça. A meia-noite de 31 de Dezembro foi um colapso entre duas vidas. Para trás ficou um monte de cinzas; para diante, está um clarão. A solução convencional na continuidade do tempo, traz consigo uma renovação moral. Todos nós sentimos, um momento, a necessidade de recomeçar também, de nos tornar melhores, - mais puros, mais úteis, mais virtuosos, mais nobres. E, entretanto, nós somos os mesmos, a vida é a mesma, nada se suspendeu, nada recomeça, o mundo prossegue a sua marcha contínua e imperturbável, - e sobre a ilusão de hoje vai-se abrindo, eternamente, a *boîte à surprises* de amanhã ...”<sup>34</sup>.

No entanto, a sombra da guerra está sempre presente nestes textos, produzidos antes do começo das hostilidades, marcados por um patriotismo moderado e sujeito a crítica como está bem presente na crónica de Júlio Dantas sugestivamente intitulada: “Morrer pela Pátria”<sup>35</sup>. A sua vertente nietzschiana, tão ao gosto da época, explica bem os elementos subsequentes do seu discurso, onde sem se assumir plenamente belicista, celebra o patriotismo revanchista francês de Paul Déroudéle a propósito da questão da Alsácia-Lorena, numa perspectiva política e literária<sup>36</sup>. O patriotismo é aliás uma referência constante nas alusões ao exército, a propósito do evento emblemático do juramento de bandeira, pelos recrutas, momento alto desse culto romântico da pátria<sup>37</sup>. Assim sendo, compreende-se a defesa da proposta do general Pereira de Eça para um novo modelo de exército, identificado por Júlio Dantas como o veículo do patriotismo, segundo o modelo suíço, ou seja, um exército nacional capaz de defender o país sem quaisquer pretensões imperialistas<sup>38</sup>. O posicionamento, não belicista, de Júlio Dantas permite-lhe ironizar sobre a guerra moderna e as invenções científicas e técnicas que ameaçam modificá-la radicalmente para a fazerem regressar aos tempos medievais, destruindo os grandes empresários da indústria militar como o célebre Krupp<sup>39</sup>. Augusto de Castro não deixa de ter uma perspectiva semelhante, responsabilizando igualmente os industriais alemães, na pessoa de Krupp, da malignidade da Primeira Guerra Mundial e a corrupção e subserviência universitária perante o poder<sup>40</sup>. Porém, o paradoxo poderia ir ainda mais longe, conduzindo o desenvolvimento da tecnologia da guerra naval à inoperância, devido ao triunfo dos submarinos sobre os couraçados modernos. Assim, os aperfeiçoamentos técnicos e científicos teriam o condão de

<sup>34</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Ano Novo, ob. cit., N.º 411, 05/01/1915, p.1

<sup>35</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Morrer pela pátria, ob. cit., N.º 413, 19/01/1914, p.65.

<sup>36</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Bandeira Viva, ob. cit., N.º 416, 09/02/1914, p.161.

<sup>37</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Juramento de bandeiras, ob. cit., N.º 428, 04/05/1914, p.545.

<sup>38</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, O Exército, ob. cit., N.º 432, 01/06/1914, p. 673.

<sup>39</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Arte da Guerra, ob. cit., N.º 418, 23/02/1914, p.225.

<sup>40</sup> Cf. Augusto de Castro, Crónica, Dr. Krupp, ob. cit., N.º 456, 16/11/1914, p. 609.



transformar a guerra numa realidade impossível, tornando inofensiva a “arte de matar” na opinião de Júlio Dantas <sup>41</sup>. A sua perspectiva benfazeja, sobre os acontecimentos da política, era ainda reforçada pela aparente cordialidade das relações diplomáticas simbolizadas na visão civilizada do banquete do Corpo Diplomático, no palácio de Belém e na crença, algo ingénuo, numa ordem internacional pacificada <sup>42</sup>.

Em consequência, o assassinio de Sarajevo é recebido com relativa consternação e surpresa, embora considerado no interior da evolução política dos Balcãs e do confronto entre sérvios e austríacos, portanto regional. Seja como for, a condenação da barbaridade do acto é feita sem qualquer equívoco <sup>43</sup>. Não será de estranhar que neste ambiente o receio de uma guerra generalizada seja ridicularizado sob a significativa designação de “O Bluff dos Exércitos” a credibilidade dos exércitos europeus <sup>44</sup>. Todavia, rapidamente se dá uma mudança brusca na percepção das repercussões internacionais do assassinio de Sarajevo, resultado dos múltiplos compromissos entre as potências europeias o que leva Júlio Dantas a prever de forma pessimista um conflito global <sup>45</sup>. Contudo, a inevitabilidade da conflagração europeia que se desenrola sobre os seus olhos não resulta apenas deste encadeado de alianças recíprocas, ligando as nações umas às outras, a favor ou contra. Júlio Dantas considera como principal responsável a Alemanha de Guilherme II e o seu esforço de domínio da Europa, destruindo ou esmagando as pequenas nações. A pangermanização da Europa é o puro produto do “germanismo”, centrado numa subversão social e política da ordem europeia assente na vitória dos mais poderosos e no esmagamento dos mais fracos, numa linha de pensamento marcada pelas concepções de Nietzsche <sup>46</sup>. Este pessimismo, desvalorização do pacifismo está bem patente no elogio ao socialista francês Jaurés, assassinado por um paranóico, um dos últimos defensores mais activos da paz <sup>47</sup>. Aliás, a própria violência e crueldade da guerra demonstra não a inutilidade do pacifismo, mas a ingenuidade dos filósofos que, na sequência de Saint-Simon, acreditaram na paz em

<sup>41</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, A arte de matar, ob. cit., N.º 434, 15/06/1914, p. 737.

<sup>42</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Corpo Diplomático, ob. cit., N.º 427, 27/04/1914, p.481

<sup>43</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Duas balas, ob. cit., N.º 437, 06/07/1914, p, 1.

<sup>44</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, O Bluff dos Exércitos, ob. cit., N.º 440, 27/07/1914, p.97.

<sup>45</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, O espectro da guerra, ob. cit., N.º 441, 03/08/1914, p.129.

<sup>46</sup> “O estado de guerra europeu é um facto. A Alemanha, soberba de orgulho e congestionada de exércitos, lançou um desafio gigantesco à Europa. No seu imperialismo epiléptico, na sua fúria de pangermanização, nada respeita, a nada atende. O seu primeiro gesto é a violação da neutralidade dos pequenos Estados. Invade o Luxemburgo, a Bélgica, a Holanda. «Elle s’en fiche» das prescrições estritas do direito internacional. O que a preocupa não é a força do direito; é o direito da força. O seu triunfo imporá uma nova tábua de valores à Europa. Perante o seu pessimismo dionisíaco, perante o seu culto formidável o poder e da violência, nem os homens fracos nem os Estados fracos terão o direito de existir. O germanismo convulsionará toda a moral política e toda a moral social. Transformará o mundo. Guilherme II, no seu delírio de grandezas, poderá hoje dizer como Nietzsche na carta a Brandès: - «Ich bin ein verhängnis». Eu sou uma fatalidade.”, Júlio Dantas, Crónica, A Guerra, ob. cit., N.º 442, 10/08/1914, p.161.

<sup>47</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Jaurés, ob. cit., N.º 442, 10/08/1914, p.161.

nome da «religião da ternura» ou o «amor da humanidade». Afasta qualquer discurso militarista para deplorar o enorme desastre que ameaça a Europa e de que lucidamente tem plena consciência <sup>48</sup>.

Este discurso, não belicista, está bem presente nas suas agressivas críticas ao papel que as grandes indústrias e industriais do aço e dos explosivos desempenham no esforço de guerra, beneficiando grandemente os seus lucros com o conflito, introduzindo assim uma componente económica nas causas da guerra <sup>49</sup>. O confronto militar, sendo o efeito do pangermanismo militante, é igualmente, o resultado do choque entre dois imperialismos opostos, da Alemanha e da Inglaterra <sup>50</sup>. De forma mais poética denuncia os terríveis desastres da guerra do século XX com o bombardeamento da catedral de Reims pela artilharia alemã, o afundamento por submarinos de três couraçados ingleses no mar do Norte, os mortos da batalha do Marne, ou ainda a morte de uma criança <sup>51</sup>. A violência do conflito torna em certa medida mais complexa a relação entre a guerra e a paz, chegando a interrogar-se, Júlio Dantas, se os próprios governantes não temem, por vezes, mais a paz do que a guerra, pelas consequências do arrumar das peças no xadrez político internacional <sup>52</sup>. Seja como for, o autor considera que a fadiga da guerra atinge já os povos, deixando doentes os próprios leaders dos respectivos países, assombrados pela dimensão da catástrofe humana e a sua óbvia inutilidade <sup>53</sup>.

A oposição à guerra assume por vezes uma imagem verdadeiramente pacifista em torno da própria irrelevância da destruição e das carnificinas perante a impassibilidade da própria natureza seguindo o seu curso habitual como refere Mário de Almeida

“Um dos últimos números da «Illustrated London News» traz uma impressionante gravura. Arras, em chamas, ao primeiro alvor da manhã, destaca-se no horizonte. É em uma das ocasiões em que o duelo das artilharias é mais intenso; o céu está em fogo. Numa das pregas daquela mole da linha de colinas que sulca o Artois, há um recanto plácido, completamente abrigado, com águas ligeiras e verduras esparsas, como a cem léguas da batalha e contudo envolvido por ela. Na luz matutina um boi indolente e pensativo puxa uma charrua, uma mulher segura atentamente a rabiça, serena, ausente, como se não visse os «shrapnels» que se cruzam, alto, no espaço. É qualquer coisa que choca pelo contraste, uma realidade que parece copiada daquele formidável livro «La Dêbacle». Lembram-se? É a mesma cena, vivendo isolada na angústia de um exército que morre entre o calvário de Illy e a aldeia incendiada de Bazeilles. E o

<sup>48</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, A Guerra, ob. cit., N.º 443, 17/08/1914, p. 193.

<sup>49</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, A Guerra, ob. cit., N.º 444, 24/08/1914, p.225.

<sup>50</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Imperialismo, ob. cit., N.º 512, 13/12/1915, p. 737.

<sup>51</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, A Guerra, ob. cit., N.º 449, 28/09/1914, p. 385

<sup>52</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Guerra e Paz, ob. cit., N.º 502, 04/10/1915, p. 417.

<sup>53</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, A Guerra, ob. cit., N.º 506, 01/11/1915, p. 545.

comentário é o mesmo que fecha o capítulo épico: Porque se há-de perder um dia? Porventura, enquanto os homens se batem, deixa o trigo de crescer, deixa o mundo de viver? ...”.<sup>54</sup>

## 2.2. Os aliados

Importa agora observar a forma que revestem nas crónicas os dois campos beligerantes e os estados neutros, começando pela Grã-Bretanha a nossa mais antiga aliada e fonte de especial atenção nestes tempos de convulsão bélica. A Inglaterra em conflito é, em primeiro lugar, o país representado pelas suas instituições democráticas e pelos seus políticos, sendo assim natural o elogio de um dos seus membros, Joseph Chamberlain por ocasião da sua morte<sup>55</sup>. Paralelamente refere-se ao sistema de recrutamento militar voluntário, assente no “culto da liberdade”, relevando a importância das liberdades individuais dos cidadãos ingleses o que não obsta a que, num ápice, o apelo às armas das autoridades se transforme na adesão geral da nação ao esforço militar<sup>56</sup>. De igual modo, se compreende a atitude, o papel das mulheres no esforço de mobilização dos homens para a guerra, nomeadamente no simbólico Hyde Park<sup>57</sup>. O próprio impacto da guerra tem reflexos na evolução das instituições e assim, a declaração do serviço militar obrigatório não deixa de ser um golpe infligido às liberdades tradicionais, embora plenamente justificado pelo esforço imposto às outras nações aliadas<sup>58</sup>. As análises sobre a França são marcadas pela própria premência das operações militares no campo de batalha marcadas, nos primeiros meses de guerra pelos combates do Marne, sendo lógica a referência ao general Joffre neste processo<sup>59</sup>.

As primeiras descrições da guerra das trincheiras de Augusto de Castro seguem o mesmo caminho onde uma visão demasiado ingénua e irónica alterna com a dura realidade dos combates<sup>60</sup>. Porém, Júlio Dantas tem já uma visão muito mais realista e impressiva da frente de batalha quando descreve os horrores e inutilidade desse grande

<sup>54</sup> Cf. Mário de Almeida, Crónica, Porque se há-de perder um dia?, ob. cit., N.º 520, 07/02/1916, p. 161.

<sup>55</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, A morte de Chamberlain, ob. cit., N.º 438, 13/07/1914, p.33

<sup>56</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Gã-Bretanha, ob. cit, N.º 453, 26/10/1914, p.513.

<sup>57</sup> Cf. Mário de Almeida, Crónica, Porque não via para a guerra?, ob.cit., N.º 499, 13/09/1915, p.321.

<sup>58</sup> “Acaba de ser decretado, na Inglaterra, o serviço militar obrigatório. Semelhante providência significa, evidentemente, um rude golpe vibrado às liberdades tradicionais do cidadão inglês. Mas semelhante providência representa também a afirmação da dignidade colectiva do Estado britânico. A orientação dada por Edward VII à política europeia foi – ninguém o ignora – uma das mais próximas causas da guerra actual. A nobre Inglaterra não enjeita hoje a grande parte das responsabilidades que lhe cabe na gravíssima crise que a Europa atravessa. Desde que a Grã-Bretanha levou a França, a Bélgica, a Sérvia, a própria Rússia aos mais duros sacrifícios de vidas, não era justo que deixasse de participar desses sacrifícios, pelo menos na mesma proporção. Se, nesses países, o imposto de sangue, é uma obrigação de todos, - não podia continuar a ser na Inglaterra um acto voluntário de alguns. A lei do serviço militar obrigatório afronta as liberdades seculares do cidadão inglês? Mas confere à Inglaterra um direito que a consciência europeia não lhe reconhecera ainda: o direito de invocar instrumentos diplomáticos para exigir sacrifícios de vidas a cidadãos estrangeiros.”, Júlio Dantas, Crónica, Inglaterra, ob. cit., N.º 516, 10/01/1916, p. 33.

<sup>59</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Joffre, ob. cit., N.º 451, 12/10/1914, p. 449.

<sup>60</sup> Cf. Augusto de Castro, Crónica, Nas Linhas de Fogo, ob. cit., N.º 460, 14/12/1914, p. 737.

massacre humano que foi Verdun, embora salvaguardando uma admiração pela causa gaulesa:

“Wilson chamou à guerra actual “uma ignomínia”. Benedito XV, na pastoral admirável que acaba de publicar, chama-lhe um «suicídio em massa». Têm ambos razão. A grande luta europeia, pelos motivos que a determinaram, e, mais ainda, pelo aspecto que reveste, merece a reprovação da consciência universal. A escola de honra, de nobreza e de bravura que era a guerra antiga, acabou. Desapareceu a epopeia; ficou a carnificina.

O que foi Verdun ? Uma glória ? Não. Uma catástrofe. Nesta hora amarga de incerteza e de ansiedade, a nossa simpatia e a nossa comoção estão ao lado da França, - que, como a Bélgica oprimida, como a sérvia esmagada, se bate, na frase de Rostand, «pour la gloire et pour des prunes».”<sup>61</sup> .

O contraste com as duras realidades da guerra das trincheiras e o “«sport» da frente de batalha” torna-se mais clamoroso permitindo ao escritor satirizar a viagem do rei da Grã-Bretanha às linhas de combate e a sua queda ridícula do cavalo<sup>62</sup> . Mário de Almeida, refere uma operação naval vitoriosa francesa contra um submarino alemão no Mediterrâneo onde se detecta um *parti pris* óbvio pela causa aliada<sup>63</sup> , reforçado pelos factos que relata como o da relação entre a imperatriz Eugénia, mulher do Imperador Napoleão III e a esperança numa vitória francesa que vingue 1870<sup>64</sup>; quando elogia o comportamento dos actores da «Comédie Française» ao actuarem para os soldados franceses na linha da frente<sup>65</sup> .

A admiração pela França pode exprimir-se de uma maneira diferente como a fazem de uma forma mais literária quer Augusto de Castro quer Júlio Dantas. O primeiro descrevendo um baptizado numa aldeia francesa marcado pela adopção de um órfão belga por um casal francês, em que o homem é um ferido de guerra<sup>66</sup> . O protagonista central das suas crónicas pode também ser a mulher francesa heróica e romântica, apoiando os feridos franceses aprisionados pelos alemães<sup>67</sup> . Júlio Dantas partilha a mesma devoção pela mulher francesa, não deixando de a saudar de forma entusiástica pelo seu heroísmo e pela sua abnegação, no meio das terríveis provações do conflito mundial<sup>68</sup> . Ora esta paixão francesa do autor cristaliza-se posteriormente no elogio de Joana d’Arc, associada simbolicamente à catedral de Reims, arrasada barbaramente

<sup>61</sup> Júlio Dantas, Crónica, Verdun, ob. cit. N.º 525, 13/03/1916, p.321.

<sup>62</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Jorge V, ob. cit., N.º 507, 08/11/1915, p. 577

<sup>63</sup> Cf. Mário de Almeida, Crónica, Um golpe de mão, ob. cit., N.º 491, 19/07/1915, p. 65.

<sup>64</sup> Cf. Mário de Almeida, Crónica, A Imperatriz Eugénia, ob. cit., N.º 498, 06/09/1915, p. 289.

<sup>65</sup> Cf. Mário de Almeida, Crónica, As representações da Comédie, ob. cit., N.º 522, 21/02/1916, p.225

<sup>66</sup> Cf. Augusto de Castro, Crónica, Um baptizado, ob. cit., N.º 461, 21/12/1914, p. 769.

<sup>67</sup> Cf. Augusto de Castro, Crónica, Flores de França, ob. cit., N.º 462, 28/12/1914, p. 801.

<sup>68</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, a Francesa, ob. cit., N.º 485, 07/06/1915, p.705.

pelos canhões alemães, lembrando a propósito a sua canonização e pelo Papa Benedito XV e referindo em tom irónico as questões implícitas da ordem política internacional.<sup>69</sup> . Porém, o cepticismo, levemente anticlerical de Júlio Dantas sobre a oportunidade da canonização de Joana D’Arc muda em 1916, tornando-se agora a “Pucelle” no símbolo do patriotismo mais ardente da França:

“Comemorou-se ontem o martírio de Joana d’Arc. Se a alma é imortal, a heroína humilde de Orleans deve ter sentido palpitar agora, como nunca, junto à sua refulgente armadura de espectro, o coração glorioso da França inteira. Porque Joana d’Arc bateu os ingleses? Não. Porque Joana d’Arc salvou a França. A «Pucelle», que mereceu um sorriso de desdém a Voltaire e uma lágrima de comoção ao grande Anatole, constitui, com Bayard e com Du Guesclin, a tríplíce expressão do heroísmo gaulês primitivo, - místico e batalhante. A sua hora, - é, de novo, a hora que passa. Franceses! No dia da vitória, que o primeiro oiro da Alemanha vencida reconstitua o pórtico sagrado de Reims, - para que Joana d’Arc lá entre pela segunda vez !”<sup>70</sup> .

Se a simpatia pela Inglaterra e a França não causa especialmente admiração nem levanta grandes problemas aos cronistas da *Ilustração Portuguesa*, já a questão se coloca de maneira diferente quando se trata da terceira potência que faz parte do grupo dos países aliados: a Rússia czarista. A empatia pela Rússia não existe à partida, sendo considerada como um dos três perigos que ameaçam a Europa latina, depois da ameaça germânica e antes da vaga amarela vinda do extremo-orientes<sup>71</sup> .

Compreendem-se os receios de Júlio Dantas perante o perigo eslavo, representado pela Rússia, que submergirá a Europa depois da queda por exaustão na guerra, de todas as outras potências<sup>72</sup> . O tom só é mais amigável com Mário de Almeida, relevando a importância estratégica da conquista pelo exército russo da cidade de Erzurum, ameaçando o desmoronamento do império otomano<sup>73</sup> . Assim, não deixam de ser interessantes as referências à Polónia, considerada uma vítima da Alemanha e esquecendo a opressão russa. Mário de Almeida considera a queda de Varsóvia num

<sup>69</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Joana d’Arc, ob. cit., N.º 515, 03/01/1916, p. 1

<sup>70</sup> Júlio Dantas, Crónica, Joana d’Arc, ob. cit., N. 529, 10/04/1916, p. 449.

<sup>71</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Os três perigos, ob. cit., N. 444, 24/08/1914, p. 225.

<sup>72</sup> “Quando a França estiver exausta; quando o império dos Habsburgos for uma ruína; quando a Inglaterra se convencer de que não vence a Alemanha por terra, quando a Alemanha se convencer de que não vence a Inglaterra por mar; quando a paz se impuser como uma necessidade à Europa devastada de incêndios e de massacres, - um único país, fortalecido pelo recente tratado de Londres, tornará essa paz difícil; a um único país, verdadeira torrente humana, a guerra convirá: ainda a Rússia. Diante da Inglaterra, diante da Alemanha, diante da França, - um inimigo novo surgirá, bárbaro, vertiginoso, impetuoso, formidável, ameaçando, inundando, despejando exércitos sobre exércitos, multidões sobre multidões: o moscovita. Ao perigo germânico sucederá, fatalmente o perigo eslavo. E a Rússia, que é hoje a esperança da Europa, - será amanhã o seu flagelo.”, Júlio Dantas, Crónica, Moscovita, ob. cit., N.º 447, 14/09/1914, p. 321.

<sup>73</sup> Cf. Mário de Almeida, Crónica, A tomada de Erzeroum, ob. cit., N.º 523, 28/02/1916, p. 257.

tom soturno, opondo-se à ideia de força de Nietzsche que julga inspirar estas acções dos alemães. O mais simbólico na morte da Polónia às mãos do “militarismo prussiano” está na trasladação do coração de Chopin, para Moscovo demonstração da vontade de viver e de resistência dos polacos <sup>74</sup> .

Mas, na lista de países esmagados pelos alemães e seus aliados, vêm juntar-se outras nações à Polónia, eterna sacrificada aos imperialismos da Alemanha, da Rússia e da Áustria. A Bélgica é uma das primeiras vítimas sacrificadas ao Moloch teutónico, como conta de forma emocionada, Augusto de Castro ao citar à “Ode à Bélgica” de João de Barros e criticando as influências nefastas de Nietzsche na Alemanha <sup>75</sup> . Nesta perspectiva compreende-se que este cronista esteja preocupado com a opressão real que caia sobre o povo belga e leva-o a falar a propósito da Bélgica da “paz dos cemitérios” <sup>76</sup> . A Sérvia aparece também, brevemente, referida no rol dos pequenos povos martirizados pelo imperialismo germânico na pena de Mário de Almeida <sup>77</sup> . O caso de Luxemburgo celebra também, através da resistência pacifista da jovem Grã-Duquesa à agressão de Guilherme II, pela pena de Augusto de Castro que liricamente, opõe “a Força máxima do Direito e da Beleza” à “Brutalidade máxima da Força”.

### 2.3. A Alemanha

A causa da Alemanha é olhada com hostilidade pelos cronistas da *Ilustração Portuguesa* acusando-a de abusar da força e da violência, à maneira de Nietzsche, destruidora do património civilizacional europeu, de forma bárbara, marcada por uma visão pangermanista e imperialista da realidade internacional. Nesta linha de pensamento percebe-se o entusiasmo de Júlio Dantas com a derrota alemã na batalha do Marne <sup>78</sup> . As leituras, ou pelo menos, o conhecimento do pensamento de Nietzsche e, provavelmente de “Assim falou Zaratustra” deste cronista, permite-lhe personificar a figura do super-homem, na pessoa do imperador Guilherme II, com a visão da crueldade humana extrema, como elemento central da identidade anticivilizacional do “homem

---

<sup>74</sup> “O coração de Chopin, que estava em Varsóvia há setenta e cinco anos, foi transferido para Moscovo, antes da entrada dos alemães. O seu monumento em Varevila foi derrubado e, finalmente, a casa onde nasceu, em Lelazowawola, destruída. Que o culto dos polacos tivesse afastado o coração que tão melodiosamente gemeu, facilmente se compreende. Não nos diz, porém, o telégrafo se os dois últimos casos tiveram origem numa necessidade de guerra ou se representam apenas um vandalismo puro e simples. A casa de Chopin, muito pitoresca, de resto, uma velha construção do século XVIII, era uma relíquia que não podia incomodar ninguém e o seu monumento, de forma alguma obstará a uma concepção táctica até das suas complicadas. Chopin não diminui na sua glória mas a piedade dos seus admiradores sofreu um rude golpe. Nunca, nenhum polaco destruiria, a frio, a humilde casa de Bônn, onde nasceu Beethoven e, tão pouco, numa sossegada praça de Estugarda ou de Frankfurt, derrubaria do seu plinto, a face romântica e pensativa de Weber. Mas é, porventura, na alma alemã que rebentam estes instintos bárbaros? Não; é no militarismo prussiano.”, Mário de Almeida, *Crónica, Chopin*, N.º 496, 23/08/1915, p.225.

<sup>75</sup> Cf. Augusto de Castro, *Crónica, Ode à Bélgica*, ob. cit., N.º 457, 23/11/1914, p.611.

<sup>76</sup> Cf. Augusto de Castro, *Crónica, Na Bélgica*, ob. cit., N.º 462, 28/12/1914, p.801.

<sup>77</sup> Cf. Mário de Almeida, *Crónica, Dois reis de epopeia*, ob. cit., N.º 517, 17/01/1916, p.65.

<sup>78</sup> Cf. Júlio Dantas, *Crónica, A Águia*, ob. cit., N.º 448, 21/09/1914, p. 353.

superior”, fortemente contestada por ele <sup>79</sup>, dando-nos a visão do kaiser como uma personagem ridícula, maníaca, quixotesca, no seu desejo insaciável de ser o “Imperador do Mundo” <sup>80</sup>. A justificação destes comportamentos impôs uma análise fisiológica do imperador alemão com o elencar sucessivo de todas as doenças que padeceu e padece, centrada na importância relativa da chamada “patologia dos reis” <sup>81</sup>. Augusto de Castro partilha uma visão semelhante do kaiser, ironizando fortemente a ausência de qualquer sorriso por parte de Guilherme II nos retratos oficiais, motivada supostamente pelas derrotas alemãs <sup>82</sup>.

Guilherme II, porém, não é o único responsável das tragédias inumeráveis do conflito mundial, pois o povo alemão no seu conjunto não deixa de ter responsabilidades colectivas. Esta ideia aparece bem expressa na forma como os alemães se cumprimentam com a expressão “*Gott strafe England!*” <sup>83</sup>. A Alemanha é assim responsável por todas as barbaridades cometidas no conflito mundial não se importando de citar Goethe e o próprio Nietzsche como sua testemunha contra a cultura alemã defendida por Hauptman <sup>84</sup>. Os crimes dos alemães são neste modo de ver a sequência natural de uma visão cruel do mundo, derivada do “pessimismo da força” de Nietzsche, dominante no mundo germânico. A violação da Convenção de Haia, através da introdução dos gases asfixiantes uma nova e letal arma de destruição de massa, é o resultado desta mentalidade germânica, que esmaga tudo que se lhe opõe sem qualquer escrúpulo moral <sup>85</sup>: nada melhor do que o exemplo terrífico das crianças mortas como resultado do torpedeamento do *Lusitânia* por um submarino alemão <sup>86</sup>:

As alusões aos aliados da Alemanha são praticamente inexistentes nas múltiplas crónicas da *Ilustração Portuguesa*, com a excepção de breves referências ao império Habsburgo a propósito do atentado de Sarajevo no que diz respeito à Áustria. A Turquia tem direito a descrições, a propósito das operações militares decorrentes da guerra satisfazendo principalmente a curiosidade sobre as frentes de batalha secundárias. O Império Otomano é, sobretudo citado a propósito dos resquícios do passado bizantino e de um certo exotismo bem visível na pena de Júlio Dantas <sup>87</sup>. Mário de Almeida

<sup>79</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, O super-homem, ob. cit., N.º 450, 05/10/1914, p. 417.

<sup>80</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Imperador do Mundo, ob. cit., N.º 455, 09/11/1914, p. 577.

<sup>81</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, As doenças de Kaiser, ob. cit., N.º 469, 15/02/1915, p. 193

<sup>82</sup> Cf. Augusto de Castro, Crónica, o sorriso do Kaiser, ob. cit., N.º 461, 21/12/1914, p.769.

<sup>83</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Gott Strafe England!, ob. cit., N.º 468, 08/02/1915, p. 161

<sup>84</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Bilhete a Hauptman, ob. cit., N.º 470, 22/02/1915, p. 225.

<sup>85</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, O Gaz asfixiante, ob. cit., N.º 482, 17/05/1915, p. 609

<sup>86</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Crianças mortas, ob. cit., N.º 483, 24/05/1915, p. 641

<sup>87</sup> “Foi nos Balkans que se acendeu a conflagração europeia. É para os Balkans que, ao fim de sete meses de guerra, se volta a ansiosa atenção das grandes chancelarias. No dia em que esta Crónica for publicada, terão sido

exprime os mesmos sentimentos, de forma diferente, acentuando se possível as referências à visão orientalista da Turquia, de mistura com uma abordagem mais pacifista do conflito militar <sup>88</sup> .

#### 2.4. Os neutros

As reflexões dos diversos escritores das crónicas da *Ilustração Portuguesa* abrangem também uma série de países que se manterão neutros durante o conflito como a Espanha e o Vaticano ou sendo inicialmente neutras mudaram de posição com a evolução dos acontecimentos bélicos como é o caso dos Estados Unidos da América, a Itália e a Grécia. Dos três membros deste último grupo, apenas a Itália entrará no conflito durante o período que estamos a analisar, dando azo a uma análise mais profunda dos eventos. No caso específico dos E.U.A. as referências são breves e extremamente negativas, centradas numa visão do essencialmente imperialismo representando em primeiro lugar uma América racialmente germânica invadindo o México em nome da luta pelo controlo dos campos de petróleo <sup>89</sup> . Neste sentido Júlio Dantas saúda com entusiasmo a aparente unânime resistência dos mexicanos perante o imperialismo yankee <sup>90</sup> . Qualquer alusão a uma eventual participação dos Estados Unidos na guerra é afastada à partida e nem o torpedeamento do *Lusitânia* altera a situação apesar dos lamentos de Júlio Dantas sobre as vítimas do afundamento do navio <sup>91</sup> . Situação mais complexa surge no caso específico da Grécia onde a personagem excepcional de Venizelos suscita fortes esperanças, por parte de Mário de Almeida, de um alinhamento ao lado dos aliados contra o campo germânico na guerra <sup>92</sup> . Esperanças perdidas em 1915, onde se condena a incapacidade de escolher o seu campo no conflito mundial, mantendo-se numa periclitante neutralidade, permeada de concessões aos dois lados em confronto <sup>93</sup> . As críticas de Júlio Dantas são mais fortes, condenando o abandono da Sérvia por parte

---

forçados os Dardanelos. Constantinopla encontrar-se-á já, segundo todas as probabilidades, ao alcance da grossa artilharia das esquadras aliadas. Em breve as primeiras granadas anglo-francesas explodirão nos jardins maravilhosos do «Corno de Ouro»; coalhar-se-ão de mortos as vielas estreitas dos bairros gregos e judeus; o incêndio coroará a «Tophana»; hirtos nas suas dalmáticas, hão-de levantar-se das névoas do Bósforo os espectros assombrados dos imperadores bizantinos, - e a imensa basílica de Santa Sofia, fechada desde 1453 ao culto cristão, verá deslumbrada, ao clarão dos seus mosaicos resplandecentes, erguer-se a primeira hóstia e dizer-se a primeira missa.” Júlio Dantas, Crónica, Constantinopla, ob. cit., N.º 473, 15/03/1915, p. 321

<sup>88</sup> Cf. Mário de Almeida, Crónica, Constantinopla, ob. cit., N.º 494, 09/08/1915, p. 161

<sup>89</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, O petróleo, ob. cit., N.º 427, 27/04/1914, p.517

<sup>90</sup> “O imperialismo de Wilson pôs esta fórmula definitiva; a América para o *Yankee*. A aventura do México é um simples detalhe no vasto plano de absorção das Américas germânicas. Simplesmente, dessa aventura não advirá para Wilson o êxito fulminante com que contava o seu delírio imperialista. A América julgou ter de defrontar-se com um país dividido pela guerra civil. Enganou-se. O México resiste-lhe em massa, unido, compacto e firme. Não há nada que ponha mais rapidamente de acordo uma nação dividida pelas lutas civis, do que uma tentativa externa contra sua autonomia política ou contra a sua integridade territorial.”, Júlio Dantas, Crónica, O Imperador Wilson, ob. cit., N.º 428, 04/05/1915, p. 545.

<sup>92</sup> Cf. Mário de Almeida, Crónica, Venizelos, ob. cit., N.º 497, 30/08/1915, p.257.

<sup>93</sup> Cf. Mário de Almeida, Crónica, A Grécia, ob. cit., N. 514, 27/12/1915, p.801.



da Grécia para se resguardar por detrás de uma neutralidade indesejada pelo povo grego, em forte oposição à política do rei Constantino <sup>94</sup> .

A Itália surge nas crónicas da *Ilustração Portuguesa* pela mão de Júlio Dantas num ambiente internacional em que se perspectiva uma forte tensão com a Áustria e a Alemanha, ameaçando um ruptura política com os antigos aliados da Tríplice Aliança <sup>95</sup> . Curiosamente Júlio Dantes interpreta o jogo político da Itália e a ameaça de entrar na guerra ao lado dos aliados contra o campo germânico sob o signo do maquiavelismo supostamente dominante na Península Itálica, explicitando assim a reviravolta política italiana ao abandonar os seus antigos aliados <sup>96</sup> . Percebe que para Júlio Dantas, não seja uma surpresa total a entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ao lado dos aliados, embora para este autor seja essencial a consequência da manutenção de um princípio moral e político partilhado pelo povo italiano, opondo-se à invasão dos pequenos países como a Bélgica:

“A Itália bate-se. Contra quem? Contra as suas aliadas da «Tríplice». Porquê? Por que o exigiu o povo italiano em nome dos interesses nacionais. Parece à primeira vista difícil encontrar uma impecável lógica nas várias e sucessivas atitudes do gabinete de Roma perante a conflagração europeia. Com efeito, a Itália era aliada da Áustria e da Alemanha até 1920. Que lhe cumpria fazer quando rebentou a guerra? Bater-se ao lado da Alemanha e da Áustria. Que fez? Declarou-se neutral. Durante essa neutralidade de nove meses, que agravo recebeu a Itália do gabinete de Viena? nenhuns. Pelo contrário: a Áustria estava pronta a fazer-lhe cessões de território. Como respondeu a Itália neutral às boas disposições da Áustria? Declarando-lhe a guerra. Devia combater ao lado dela pela força dos tratados; está combatendo contra ela pela vontade do povo. Falta a lógica a semelhante atitude? Talvez. Mas sobra-lhe a lógica nacional. Os tratados são a obra das chancelarias; a guerra é a obra dos povos. O que se passa na Itália prova apenas que o povo italiano, rasgando com a ponta das baionetas o tratado da «Tríplice», não está de acordo com a chancelaria que o negociou.” <sup>97</sup> .

De seguida podemos abordar a questão, sempre sensível para a época, da neutralidade espanhola que implica o espinhoso problema do iberismo castelhano, designado por paniberismo. Júlio Dantas a propósito do 1.º Dezembro, expõe o receio habitual da mentalidade anexionista do país vizinho, embora excluindo os governantes dos movimentos nacionalistas. O medo do autor de uma invasão mantém-se, apesar de todas as seguranças obtidas por via diplomática e é provocada pelas afirmações do

<sup>94</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, A Grécia, ob. cit., N.º 508, 15/11/1915, p. 609.

<sup>95</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Itália, ob. cit., N.º 466, 25/01/1915, p. 97.

<sup>96</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Itália, ob. cit., N.º 475, 29/03/1915, p. 383

<sup>97</sup> Júlio Dantas, Crónica, Itália, ob. cit., N. 484, 31/05/1915, p. 673.

escritor José Nido y Segalerva, no seu livro *La Union Iberica*, sobre a questão <sup>98</sup>. A série contínua com o mesmo delírio paniberista dos escritores espanhóis defendendo uma visão imperial da Espanha pela pena de Vicente Gay, o *Imperialismo*, atestando o compromisso das elites espanholas num processo anexionista de Portugal <sup>99</sup>. O mesmo se passa com Vazquez Mella, defendendo um mesmo bloco imperial no campo da política externa. Seja como for, Júlio Dantas considera que estas diferentes abordagens têm todas, como objectivo afastar Portugal da Grã-Bretanha, quebrando implicitamente a aliança secular em proveito da Espanha:

“Depois do sr. Sajalerva, o sr. Gray; depois do sr. Gay, o sr. Vasquez Mella. A propaganda do irredentismo espanhol, continua, intensa e metódica, na afirmação de que as fronteiras portuguesas são artificiais; de que a verdadeira Espanha se estende dos Perineus ao Atlântico; de que os dois estados peninsulares têm de se constituir um só bloco imperial com uma só política exterior. Há para esse imperialismo duas fórmulas extremas: a anexação violenta de Portugal (Gay); a modificação em proveito do bloco ibérico, da política exterior de Portugal (Mella). A primeira, devem todos os portugueses repeli-la com dignidade; a segunda, devem todos os portugueses discuti-la com moderação. Ambas tendem, não deliberadamente, a combater Portugal, - mas a combater, em Portugal, a política da Inglaterra.” <sup>100</sup>.

Se a sombra de Espanha paira sobre Portugal, nos anos anteriores à entrada na guerra, não se traduz numa verdadeira ameaça, passada a fase das incursões monárquicas. No rol dos neutros insere-se igualmente o Vaticano, observado na sua dupla dimensão de estado secular e cúpula da Igreja Católica. Júlio Dantas segue atentamente a política externa deste pequeno país, apesar do seu anticlericalismo republicano é mais especificamente marcada por uma certa aversão aos jesuítas. Contudo, não tem qualquer problema em elogiar os êxitos da diplomacia papal no plano internacional numa Europa dominada por um conflito mundial <sup>101</sup>.

Os esforços de Benedito XV, para conseguir obter um armistício no dia de finados, é saudado como positivo apesar de não ter tido êxito nas suas tentativas <sup>102</sup>. Júlio Dantas manifesta dificuldade em compreender os esforços do papa em manter uma posição de neutralidade relativamente aos campos em confronto na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), embora elogiando mais uma vez a sua posição <sup>103</sup>. Curiosamente a

<sup>98</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Vento de Espanha, ob. cit., N.º 476, 05/04/1915, p.385.

<sup>99</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Pan-Iberismo, ob. cit., N.º 481, 10/05/1915, p.577.

<sup>100</sup> Júlio Dantas, Crónica, Espanha Imperial, ob. cit., N.º 486, 14/06/1915, p. 737.

<sup>101</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Os suíços do Papa, ob. cit., N.º 465, 18/01/1915, p. 65.

<sup>102</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, A Guerra, ob. cit., N.º 506, 01/11/1915, p. 545.

<sup>103</sup> “Há um homem a quem a guerra deve ter feito os cabelos brancos: o Papa. Toda a gente suporá que, no meio da tempestade assoladora da guerra, o Vaticano é um lugar de paz. Ilusão. Toda a Europa beligerante tem os olhos

posição de Mário de Almeida embora não muito diferente implica uma crítica muito mais agreste quanto à sua difícil posição face aos beligerantes em confronto, apelando a um silêncio por parte do papa <sup>104</sup> .

### 3 – A guerra antes da guerra

#### 3.1. “Nós e a Guerra”

Porém, as dificuldades da neutralidade aplicam-se também a Portugal como estado não-beligerante, apesar dos seus compromissos internacionais. A questão coloca-se de imediato com a apreciação positiva de Júlio Dantas da atitude de neutralidade assumida por Portugal, mas ressalvando a aliança com a Inglaterra:

“O Congresso conferiu ao governo plenos poderes para salvaguarda na presente conjuntura os interesses nacionais, e manifestou-se no sentido da realização de uma política rasgadamente inglesa. Esta atitude do Congresso marcou a situação de Portugal perante o conflito europeu. Portugal está, por coerência histórica, por tradição nacional e por conveniência política, ao lado da Inglaterra. Mas a definição da sua atitude não subentende, por forma alguma, qualquer intenção de deliberada hostilidade contra a Alemanha. Portugal é um desses pequenos estados para os quais a Alemanha está criando um direito internacional novo; cuja neutralidade evidentemente a nação alemã não respeitaria, e que, como é natural, se viu compelido a marcar no conflito europeu a posição não só mais coerente com os instrumentos diplomáticos e com as alianças tradicionais, mas a plena afirmação do seu direito à vida.” <sup>105</sup> .

A referência à Inglaterra associa-se à da França para permitir ao autor exteriorizar as suas tendências aliadófilas, senão mesmo sugerir sub-repticiamente uma política externa alinhada com aqueles dois países <sup>106</sup> . O *parti pris* do autor pelos aliados, na análise da diplomacia portuguesa é reforçada pela condenação do afundamento de um pequeno barco português por um submarino alemão, violando a neutralidade nacional e permitindo-lhe criticar acerbamente os alemães <sup>107</sup> . Mantendo, embora uma forte posição a favor dos aliados, procura defender a neutralidade portuguesa não deixando

---

postos na batina branca De la Chiesa. Todos o solicitam para a sua causa. Os aliados querem que o Papa seja aliado. Os alemães querem que o Papa seja alemão. Se defende o cardeal belga Mercier, - cai-lhe em cima Guilherme II. Se recebe o cardeal alemão Hartman, cai-lhe em cima a imprensa francesa. Há dias, porque mandou entregou o barrete de cardeal a monsenhor Pruhwith, núncio em Munich, os guardas nobres do Vaticano revoltaram-se. Todos exigem que Benedito XV marque uma posição no conflito europeu. Todos pretendem que De la Chiesa deve pronunciar-se claramente por um dos sistemas de forças em luta. E o Papa, fatigado, enervado, perplexo, passa a vida a explicar para Londres, para Paris, para Viena, para Berlim, que Deus não é inglês, nem francês, nem austríaco, nem alemão, e que, no meio deste «gachis» internacional, só há para o Criador uma situação decente: a neutralidade.”, Júlio Dantas, Crónica, A neutralidade de Deus, ob. cit., N.º 511, 06/12/1915, p. 705.

<sup>104</sup> Cf. Mário de Almeida, Crónica, Ainda o Papa, ob. cit. N.º 519, 31/01/1916, p. 129.

<sup>105</sup> Júlio Dantas, Crónica, A atitude de Portugal, ob. cit., N.º 443, 17/08/1914, p. 193.

<sup>106</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Política Exterior, ob. cit., N.º 451, 12/10/1914, p. 449.

<sup>107</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Um acto nobre, ob. cit., N.º 478, 19/04/1915, p.481.

de salientar o “perigo espanhol”<sup>108</sup>. A declaração de guerra a Portugal, por parte da Alemanha, é considerada de certa maneira bem-vinda, no contexto internacional, melhorando a situação presente e futura, sem a esclarecer totalmente, citando os riscos que o país corria sem poder beneficiar dos direitos da situação da “beligerância de facto”, devido ao facto de viver na situação ambígua de “neutralidade condicional”<sup>109</sup>. É com satisfação que encara a reacção serena da nação, perante a entrada no conflito mundial, sem se ter produzido qualquer reacção negativa, impondo um tom de unanimidade nacional quanto a liberdade de expressão:

“O estado de guerra com a Alemanha e com a Áustria é um facto. Se antes da verificação desse facto todos os portugueses podiam discutir livremente a conveniência ou inconveniência da nossa participação na guerra, - agora, declarada a beligerância, a liberdade de discussão cessou. Estamos perante factos consumados. Ontem, - a opinião era um direito. Hoje, - o silêncio é um dever. Praticavam mal aqueles que, antes de declarado o estado de guerra, pretendiam coarctar a livre opinião alheia; não praticam bem aqueles que, esclarecida finalmente a nossa situação exterior, perturbarem, com discussões inúteis, a fecunda serenidade da nação que se arma. Passou a hora confusa das palavras. Chegou o momento decisivo da acção. O país espera tranquilo, - com a serena consciência das responsabilidades que se aceitam, com a calma dignidade do dever que se cumpre.”<sup>110</sup>.

### 3.2. Os heróis do presente

O presente não foi marcado até à entrada oficial de Portugal na Primeira Guerra Mundial por uma situação de paz total. O envio de corpos expedicionários para África é um importante lembrete face à situação de Portugal no plano do xadrez internacional e do possível choque armado com o “cesarismo teutónico”<sup>111</sup>. A consciência da possibilidade de um conflito militar com os alemães, em Angola ou Moçambique, é revestido de uma dimensão humana e popular em torno dos soldados expedicionários enviados para as colónias portuguesas, lembrando com orgulho os fastos da história passada<sup>112</sup>. Esta a visão dos expedicionários lusos para Angola a enfrentar as rebeliões

---

<sup>108</sup> “Quando as grandes potências actualmente em guerra caírem exaustas do seu próprio triunfo ou esmagadas sob os seus próprios escombros, - chegará então aos países estrangeiros a vez de falar. Falarão os Estados Unidos, falará a Itália, falará a Espanha. Nações intactas e fortes, armadas e robustecidas durante uma neutralidade fecunda, saberão aproveitar a fadiga universal da grande guerra para fazer afirmações ambiciosas de poder e de conquista. A Itália reclamará Trento e Trieste. A Espanha não poderá esquecer o seu tradicional delírio de expansão peninsular. Se Portugal, como querem alguns espíritos exaltados e impacientes intervier desde já na conflagração europeia com o melhor das suas energias e do seu poder militar, atirando deliberadamente, «pour des prunes», um corpo de exército para o matadouro da França, - não terá amanhã uma espingarda nem um carro de munições quando lhe for preciso repelir uma ameaça armada ou obstar a uma violação do território.”, Júlio Dantas, Crónica, Nações Neutras, ob. cit., N.º 446, 07/09/1914, p. 289.

<sup>109</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Estado de Guerra, ob. cit., N.º 526, 20/03/1916, p. 353.

<sup>110</sup> Júlio Dantas, Crónica, Serenidade, ob. cit., N.º 527, 27/03/1916, p.385.

<sup>111</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Nós e a Guerra, ob. cit., N.º 445, 31/08/1914, p. 257.

<sup>112</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Os expedicionários, ob. cit., N.º 448, 21/09/1914, p.353.

indígenas, supostamente provocadas pelos alemães na África Ocidental portuguesa, neste caso na região de Cuamato e, mais uma vez, a recordação das gestas da história pátria apontadas como referências nacionais <sup>113</sup>. Discurso muito semelhante explana Augusto de Castro ao falar do mesmo tema, lembrando a longa epopeia portuguesa de séculos em África e afirmando o papel nacional na modernização do continente africano <sup>114</sup>. Não se fica pela simples constatação deste facto torna-se, em boa medida, o cronista dos primeiros confrontos com os alemães em África, nomeadamente na fronteira de Angola <sup>115</sup>.

Em breve, Augusto de Castro se irá referir de forma detalhada e mais constante ao confronto armado entre Portugal e a Alemanha em África, embora inexistente na Europa <sup>116</sup>. A situação torna-se mais dramática após a derrota de Naulila havendo a lamentar um série de mortos. Júlio Dantas considera o facto como um estímulo e um esforço de recuperação e redenção militar <sup>117</sup>. O heroísmo da carga de cavalaria do tenente Aragão e do seu esquadrão de dragões, no combate de Naulila, torna-se um símbolo idealizado de uma redenção nacional:

“Há bravuras que redimem. Há heroísmos que resgam. Naulila foi um desastre; mas a morte heróica do tenente Aragão encheu esse desastre de beleza. Por um instante, na figura desse Nuno Álvares da agonia, a alma nacional resplandeceu. Derramaram-se ondas de tinta, exaltando-o. Choraram-se muitas lágrimas pela sua morte. Disseram-se muitas missas pela sua alma. Chegou-se a pensar num monumento que lhe perpetuasse o nome. Nisto, uma notícia inesperada chegou: Aragão estava vivo. A carga admirável dos dragões de Moçâmedes continua a ser uma glória, - sem ter sido um suicídio. O moço tenente de cavalaria, agora prisioneiro dos alemães, regressará amanhã à pátria. O povo, grande nos seus entusiasmos, cruel nas suas ingratidões, espera-o cobrir de flores, - e para o esquecer no dia seguinte. É a triste sorte de todos os heróis que sobrevivem a si próprios. Mouzinho não se consolava de não ter morrido em Chaimite. Quantas vezes o moço Aragão lamentará, pela vida adiante, que as balas alemãs o tivessem poupado em Naulila.” <sup>118</sup>.

Este verdadeiro culto republicano pelo tenente Aragão ecoa nas crónicas de Mário de Almeida que enaltece o seu heroísmo no combate em Naulila mas, igualmente a modéstia que o levou várias vezes a recusar a promoção a capitão <sup>119</sup>. Todavia, Mário de Almeida não se fica pelo heroísmo modesto e redentor do tenente Aragão, junta-lhe

<sup>113</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, Expedicionários, ob. cit., N.º 454, 02/11/1914, p. 545.

<sup>114</sup> Cf. Augusto de Castro, Crónica, Nova Expedição para Angola, ob. cit., N.º 457, 23/11/1914, p. 611.

<sup>115</sup> Cf. Augusto de Castro, Crónica, História de um almoço, ob. cit. N.º 458, 30/11/1914, p. 673.

<sup>116</sup> Cf. Augusto de Castro, Crónica, Angola, ob. cit., N.º 464, 11/01/1915, p. 33

<sup>117</sup> Cf. Júlio Dantas, Crónica, A lista dos mortos, ob. cit., N.º 466, 25/01/1915, p. 97.

<sup>118</sup> Júlio Dantas, Crónica, O tenente Aragão, ob. cit., N.º 479, 26/04/1915, p. 513.

<sup>119</sup> Cf. Mário de Almeida, Crónica, O capitão Aragão, N.º 498, 06/09/1915, p. 289.

outro herói de África, este com o destino mais funesto, pois morre em combate contra os indígenas: Róbi Miranda Pereira. A sorte deste jovem militar aliada, à passada morte em combate do irmão, em circunstâncias tragicamente semelhantes parece confirmar a vontade do exército em bater-se na guerra, em oposição às afirmações em contrário <sup>120</sup>.

As crónicas da *Ilustração portuguesa* demonstram nos seus textos uma série de preocupações sobre o inesperado conflito mundial. Em primeiro lugar, a posição de neutralidade de Portugal com a não participação na guerra aceite sem grande contestação, mas originando uma tendência mais belicista à medida que surgem os primeiros confrontos armados com os alemães, em África, ou com as populações indígenas. Em segundo lugar, um patriotismo ardente marcado por uma nítida simpatia pela causa dos aliados num choque ideológico com o pangermanismo e imperialismo alemão identificado filosoficamente com Nietzsche. Em terceiro lugar, a aceitação da entrada inevitável no conflito, assumindo então uma atitude de apoio ao governo e ao subsequente esforço de guerra.

Os autores das crónicas da *Ilustração Portuguesa* produziram um discurso equilibrado, baseado em análises curiais sobre a evolução dos acontecimentos, sem implicar um compromisso aberto com a participação deliberada na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

---

<sup>120</sup> “A farda é sempre nobre, sempre digna. Ignoro se há militares que receiam ir combater nas linhas francesas; julgo que não. Mas sei que há corações, a um tempo grandes e modestos, que morrem – sem frases – pela terra que os viu nascer. O capitão Róbi de Miranda Pereira caiu morto, no seu posto, frente ao inimigo, conservando na mão a sua portuguesa espada, dando na sua portuguesa língua uma suprema ordem de combate. Foi no próprio sítio onde há onze anos seu irmão, militar também, encontrou a mesma gloriosa morte. Neste momento, em Braga, num canto da nossa clara terra de Portugal, uma mãe, que Deus quer, sem dúvida, galardoar porque a submete a tão duras provas, chora convulsamente o seu segundo filho como há onze anos chorou o primeiro e só a certeza de que os seus queridos adorados morreram luminosamente, singelamente heróis, poderá mitigar um pouco a sua amargura dolorosa. E quando, por acaso, essa mãe, aureolada de dor, ouvir que o exército se não quer bater, ah! Com que santa e nobre indignação ela exclamará: - É mentira! Tive dois filhos – e ambos eles morreram pela Pátria.”, Mário de Almeida, Crónica, Róbi de Miranda Pereira, ob. cit., N.º 492, 26/07/1915, p. 97.